



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000788-26.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Consórcio**
 Requerente: **GILSON BORGES DE SOUZA**
 Requerido: **LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Gilson Borges de Souza moveu ação de restituição de parcelas pagas em face de Luiza Administradora de Consórcios Ltda.

Afirmou ter firmado contrato de consórcio com a ré, tendo pago 07 prestações. Ocorre que por não mais possuir os recursos financeiros suficientes, parou de pagar o restante das parcelas e foi surpreendido com a negativa de restituição por parte da requerida, precisando mover a presente ação.

Citada, em contestação a ré informou que seguiu a lei e, assim, o pedido deve ser improcedente.

Instadas a se manifestar sobre provas, somente o autor, à fl. 71, aduziu não pretender qualquer produção.

É o relatório.

Decido.

O feito encontra-se pronto a julgamento; tanto isso é verdade que o próprio autor informou a desnecessidade de novas provas.

Em contratos de consórcio, após muita discussão, o STJ, em decisão proferida nos autos da reclamação nº. 3.752-GO, relatada pela Ministra Nancy Andrighi, entendeu que, para os contratos firmados antes da vigência da Lei nº. 11.795/08 (ou seja, aqueles celebrados até 05.02.2009), a restituição das quantias pagas deveria ser feita em até 30 dias contados do prazo previsto em contrato para o encerramento do grupo correspondente.

Também houve a apreciação da matéria com lastro na sistemática dos recursos repetitivos; cito:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano. 2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1119300 RS; Segunda Seção; Relator Ministro Luis Felipe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Salomão; Dje. 27.08.2010)

Já para os contratos posteriores à lei, como no caso dos autos (31/08/2013 – fl. 48), a desistência anterior à aquisição do bem impõe restituição das parcelas pagas, devendo o consorciado participar dos sorteios mensais, podendo receber de forma antecipada os valores mas, para tanto, deve ser contemplado.

A lei veio abrandar a regra anterior, que previa recebimento só ao final; não obstante, não há como se falar em recebimento antecipado, visto que pela sistemática do contrato de consórcio, a ausência de valores poderia prejudicar todo o grupo, o que a lei pretendeu proteger.

Diante do já exposto, não há porque se divagar, agora, quanto a eventuais valores que devem ser recebidos pelo requerente, até porque eles ainda não podem ser calculados.

Julgo improcedente o pedido inicial.

Custas e despesas processuais pelo autor, assim como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida, para eventual cobrança.

PRIC

São Carlos, 02 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**